

INCENTIVO EXTRAORDINÁRIO À MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E AOS TRABALHADORES INDEPENDENTES



IEFP // Decreto-Lei n.º 31-C/2026, de 05/02

INCENTIVO EXTRAORDINÁRIO À MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E AOS TRABALHADORES INDEPENDENTES



Assunto	Descrição
Destinatários	<p>Empregadores:</p> <p>Incentivo aplicável a TCO e MOE que exerçam funções nos estabelecimentos afetados.</p> <p>Empregador com necessidade de apoio para assegurar a manutenção dos postos de trabalho, cuja viabilidade económica se estime vir a ser afetada em virtude da situação de calamidade</p> <p>Trabalhadores independentes:</p> <p>Trabalhadores cuja capacidade produtiva ou o rendimento da respetiva atividade profissional tenham sido diretamente afetados, e que demonstrem a necessidade de apoio para assegurar a respetiva manutenção</p>
Exercício do trabalho por TCO, MOE e TI	<ul style="list-style-type: none"> • Não podem ser abrangidos pelo incentivo os TCO que não exerçam funções nos estabelecimentos afetados. • Os TCO abrangidos pelo Incentivo podem, temporariamente, realizar funções diferentes das contratadas para prevenir ou reparar danos graves na empresa, desde que isso não altere significativamente a sua posição. • TCO, MOE e TI impedidos de exercer funções durante a totalidade ou parte do período normal de trabalho, por razões imputadas aos danos causados pela tempestade, devem ser enquadrados no plano de qualificação e formação profissional extraordinário.
Condições para atribuição do incentivo	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstração de dificuldade na manutenção dos postos de trabalho, designadamente em resultado da redução da capacidade produtiva do empregador, por perda em instalações, terrenos, veículos ou instrumentos de trabalho essenciais à laboração. <p>O empregador ou trabalhador independente deve apresentar, na candidatura, informação e documentação que comprovem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perdas em instalações, terrenos, veículos, equipamentos ou instrumentos essenciais à laboração; • Participação do sinistro à seguradora, quando exista contrato de seguro que cubra fenómenos desta natureza; • Documentos emitidos pelo município ou pela CCDR, I.P., quando disponíveis, ou fotografias que provem claramente os danos provocados pela tempestade. <p>Caso estes elementos não sejam apresentados ou não permitam avaliar adequadamente a situação, o IEFP pode realizar uma visita às instalações afetadas, com o objetivo de verificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • as condições reais de laboração, <ul style="list-style-type: none"> • o impacto dos danos na atividade, e • o número de postos de trabalho afetados. <p>Considera-se que existe perda acentuada de rendimentos da atividade independente se o rendimento médio mensal do mês em que ocorreu a tempestade (janeiro ou fevereiro) e dos dois meses subsequentes, ou, em alternativa, dos três meses seguintes ao da tempestade, for igual ou inferior a 50 %:</p> <ul style="list-style-type: none"> • do valor de um duodécimo do rendimento anual tributável de 2025, para os trabalhadores com atividade durante todo o ano de 2025; • do valor dos rendimentos auferidos até ao mês anterior ao da tempestade (dezembro ou janeiro), dividido pelo número de meses de exercício de atividade, no caso atividade inferior a 12 meses em 2025; • do valor dos rendimentos auferidos até à data da ocorrência da tempestade (janeiro ou fevereiro), no caso de atividade iniciada em 2026, dividido pelo número de meses de exercício de atividade, caso este seja superior um mês e meio. <p>Nota:</p> <p>Rendimento tributável de 2025 em IRS:</p> <ol style="list-style-type: none"> Regime simplificado: valor dos rendimentos após aplicação dos coeficientes aplicáveis Contabilidade organizada: valor do lucro tributável; em caso de prejuízo fiscal, o rendimento tributável é zero.
Manutenção dos postos de trabalho	<p>A manutenção dos postos de trabalho é aferida com base no número de trabalhadores ao serviço do empregador no dia 1 de janeiro de 2026</p>

INCENTIVO EXTRAORDINÁRIO À MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E AOS TRABALHADORES INDEPENDENTES



Assunto	Descrição
Valor do incentivo mensal	<p>TCO e MOE</p> <p>Retribuição normal ilíquida até 2 RMMG, 1 840€, mais o duodécimo do subsídio de Natal, até ao limite de 1/12*1 840€, 153,33€.</p> <p>Para calcular o montante do apoio, é descontada a taxa contributiva do trabalhador sobre o valor da retribuição normal ilíquida. Um salário base de 1.000€ resulta num apoio correspondente a 890€, uma vez que ao valor total se deduzem os 110€ relativos à quotização.</p> <p>O mês de referência para a "Retribuição normal ilíquida" é dezembro 2025.</p> <p>Trabalhadores independentes</p> <p>1/12 x rendimento anual tributável categoria B do ano de 2025, com o limite de 2 RMMG (1 840 €).</p>
Duração do apoio	<p>Prazo inicial: 3 meses</p> <p>Prazo adicional: 3 meses, mediante pedido fundamentado do empregador ou do trabalhador independente e após verificação da manutenção da necessidade do apoio para assegurar os postos de trabalho ou a continuidade da atividade profissional</p>
Obrigações a cumprir	<p>Entidades empregadoras</p> <p>a) Não realizar despedimentos ou iniciar os respetivos procedimentos, exceto por facto imputável ao trabalhador, <u>nem celebrar acordos de revogação fundamentados em motivo que permita o despedimento coletivo ou extinção de posto de trabalho, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 220/2006</u>, de 3 de novembro, na sua redação atual;</p> <p>b) Manter o nível de emprego existente em 1 de janeiro de 2026, relativamente a TCO e MOE abrangidos pelo apoio;</p> <p>c) Pagar atempadamente as obrigações retributivas devidas aos trabalhadores;</p> <p>d) Pagar atempadamente as contribuições para a segurança social, sem prejuízo das isenções ou dispensas aplicáveis;</p> <p>e) Manter o período normal de trabalho dos contratos de trabalho objeto do apoio financeiro;</p> <p>f) Manter as situações contributiva e tributária regularizadas;</p> <p>g) Não se encontrar em situação de incumprimento no que respeita a apoios financeiros concedidos pelo IEFP;</p> <p>h) Não distribuir lucros, sob qualquer forma, nomeadamente a título de levantamentos por conta;</p> <p>i) Não aumentar as remunerações dos membros dos órgãos sociais;</p> <p>Manter atualizado o Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), se aplicável.</p> <p>Trabalhadores independentes</p> <p>a) Manter o exercício efetivo da respetiva atividade profissional, salvo em caso de impedimento temporário, ou seja, se estiverem enquadrados em plano de qualificação e formação profissional extraordinário ou por motivo de doença ou parentalidade com atribuição de subsídio, devendo essas situações ser comunicadas ao IEFP no prazo máximo de 5 dias úteis;</p> <p>b) Pagar atempadamente as contribuições à segurança social, sem prejuízo de regimes de isenção ou dispensa aplicáveis;</p> <p>c) Manter as situações contributiva e tributária regularizadas;</p> <p>d) Não se encontrar em situação de incumprimento no que respeita a apoios financeiros concedidos pelo IEFP;</p> <p>e) Comunicar ao IEFP o aumento do rendimento mensal que determine que o valor definido na decisão de aprovação, para efeitos de verificação da perda acentuada de rendimentos, seja ultrapassado, sob pena de restituição do apoio.</p>
Implicações contabilísticas e fiscais	<p>Considerar o montante do apoio atribuído como proveito ou rendimento, a título de subsídio à exploração, em sede de IRC ou IRS, conforme aplicável</p>

INCENTIVO EXTRAORDINÁRIO À MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E AOS TRABALHADORES INDEPENDENTES



Assunto	Descrição
Prazo e local para apresentar o pedido	<p>9 fevereiro a 11 de maio 2026</p> <p>No centro de emprego e formação profissional do IEFP da área de intervenção geográfica do estabelecimento do empregador ou do trabalhador independente afetado ou por email (opção a ser indicada após preenchimento do formulário de candidatura)</p>
Formalização do pedido	<p>Preenchimento ficheiro Excel, acompanhado de cópia assinada de:</p> <p>a) Certidão relativa às situações contributiva e tributária regularizadas perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), devendo, preferencialmente, ser concedida autorização ao IEFP para o efeito (cfr. instruções no formulário Excel);</p> <p>b) Cópia das apólices de seguro, envolvendo o pagamento de salários em caso de fenómenos da mesma natureza daqueles que fundamentam o presente incentivo, bem como cópia da participação à seguradora, se aplicável;</p> <p>c) Proposta de plano de qualificação e formação profissional extraordinário, nos casos aplicáveis (anexo B do formulário de candidatura);</p> <p>d) Documento comprovativo dos danos sofridos com a tempestade, nomeadamente documento emitido pelas entidades competentes, caso exista, ou fotografias que inequivocamente demonstrem os resultados de destruição provocados pela tempestade;</p> <p>e) No caso do apoio financeiro às obrigações retributivas dos empregadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> Listagem dos trabalhadores a apoiar, com a identificação, caso aplicável, dos trabalhadores que vão ser encaminhados para o plano de qualificação e formação profissional extraordinário; Cópia das declarações de remunerações da segurança social do mês anterior ao da tempestade «Kristin» (isto é, dezembro de 2025), de onde constem os trabalhadores a incluir, bem como das já processadas referentes aos meses a abranger pelo apoio; <p>f) No caso do apoio financeiro aos trabalhadores independentes, declarações periódicas de IVA e/ou faturas emitidas e cópia da Modelo 3 de IRS de 2025, quando disponível.</p> <p>Termo de aceitação assinado:</p> <p>Pessoas coletivas: assinado por assinatura eletrónica qualificada dos representantes ou, caso não disponham, o documento deve ser objeto de reconhecimento por notário, advogado, solicitador ou câmara de comércio ou indústria.</p> <p>Trabalhadores independentes: o signatário deve inscrever o número e a data de validade do respetivo cartão de cidadão ou outro documento aplicável.</p> <p>O original do termo de aceitação deve ser remetido para o serviço de emprego da área da localização do posto de trabalho por email, se assinado com assinatura eletrónica qualificada ou por via postal, nos restantes casos.</p>
Decisão IEFP	10 dias úteis a contar da apresentação do pedido
Pagamento do apoio	<p>A 1.ª prestação, correspondente ao mês do pagamento e aos meses já vencidos, é paga no prazo de 10 úteis após a receção do termo de aceitação pelo IEFP.</p> <p>As prestações seguintes são pagas até ao dia 15 do mês a que respeitam, mediante a verificação da situação contributiva e tributária regularizada, mediante expresso pedido de pagamento mensal.</p>
Cumulatividade com layoff simplificado	<p>O Incentivo Extraordinário apenas pode ser atribuído a trabalhadores que se encontrem em prestação normal de trabalho, por se destinar exclusivamente ao apoio das respetivas obrigações retributivas.</p> <p><u>Assim, não é permitida a cumulação do Incentivo com o regime de layoff relativamente ao mesmo trabalhador.</u></p> <p>Contudo, é admissível que, dentro da mesma entidade empregadora, alguns trabalhadores se encontrem em layoff enquanto outros sejam abrangidos pelo Incentivo, desde que se trate de grupos distintos, sem qualquer sobreposição.</p>

INCENTIVO EXTRAORDINÁRIO À MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E AOS TRABALHADORES INDEPENDENTES



Assunto	Descrição
Incumprimento	<p>O incumprimento da obrigação de manutenção do nível de emprego é causa de incumprimento e restituição do apoio.</p> <p>O nível de emprego é aferido com base no número total de trabalhadores ao serviço.</p> <p>Os trabalhadores em layoff continuam a ser contabilizados para este efeito, dado que o layoff não extingue contratos de trabalho nem reduz o número de trabalhadores registados.</p> <p>Deste modo, a existência de trabalhadores em layoff não constitui incumprimento, desde que tal situação não interfira com o universo de trabalhadores abrangidos pelo Incentivo.</p>
Sequencialidade com layoff simplificado	Não esclarecido